

O projeto da nova

GAZETA MERCANTIL

Constituição

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

O projeto de constituição que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-SP), relator da Comissão de Sistematização, começa a montar a partir de hoje deverá prever cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, sistema parlamentarista de governo, jornada de trabalho de 40 horas semanais, estabilidade no emprego, amplas garantias ao direito de propriedade. Deverá também ampliar o acesso de investimentos estrangeiros no Brasil e reduzir a presença do Estado na economia.

Cabral já se manifestou pessoalmente contrário a diversas das propostas aprovadas pelas oito comissões temáticas da Constituinte. Considera, por exemplo, a proposta de reforma agrária "um retrocesso". Como relator da Comissão de Sistematização, porém, o deputado comprometeu-se a respeitar com fidelidade o resultado dos trabalhos das comissões.

Até o dia 15 de julho, a primeira versão do texto integral da nova Constitui-

ção deverá ser submetida à discussão do plenário da Constituinte. O projeto terá então passado pelo crivo dos 93 membros da Comissão de Sistematização. Não está, porém, afastada a possibilidade de o plenário ser chamado a votar um projeto novo, que não resulte das etapas de elaboração da nova Carta definidas no regimento interno da Constituinte.

O precedente foi aberto inicialmente na votação da Subcomissão de Reforma Agrária e em seguida na votação da Comissão da Ordem Econômica. Embora o regimento proíba a apresentação de projetos integrais em substituição aos projetos dos relatores, nos dois casos foram votados projetos distintos dos apresentados pelos relatores.

O presidente da Comissão da Ordem Econômica, deputado José Lins (PFL-CE), valeu-se da autorização concedida pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para autorizar a votação de projetos alternativos ao do relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP).

(Ver páginas 7 e 8)

P-1
17 JUN 1987